

quela providência, devendo sua passividade ser levada à conta da falta de recursos que se viu obrigada a enfrentar.

Em 1945, porém, deu-se uma guinada em sentido contrário, — pois o Decreto-lei n.º 8.384, de 17 de dezembro desse ano, prescreveu, no seu art. 1.º, que

“para efeito de licenças, contróle de faltas ao serviço, posse e exercício, — verificação sistemática das condições físicas do servidor público e pessoas de sua família”,

seriam os exames, novamente, feitos pela Assistência Social, ficando com o Serviço de Biometria, apenas, nos termos precisos de seu art. 2.º, os realizados para efeito de aposentadoria.

Desferiu-se, assim, sumariamente, um golpe de morte na centralização dos exames periciais, que vinham sendo realizados com critério uniforme, o mais justo que se pôde conseguir até hoje no serviço público, liquidando-se, por outro lado, qualquer iniciativa que se poderia ensaiar no sentido de integrar a Assistência Social no âmbito de suas finalidades.

Como se não bastasse esse retrocesso já condenado pela experiência, acresce, agora, mais uma circunstância, que virá agravar o problema. Verificando-se uma espantosa corrida para as clínicas

do Hospital dos Servidores do Estado, corrida que vai além de suas reais possibilidades, impõe-se, prementemente, a necessidade da adoção de um critério seletivo, que ficaria, no caso, a cargo da Assistência Social.

Pensar, entretanto, em transformar-se a Assistência Social em pósto de triagem e orientação — situando-a como órgão auxiliar do Hospital dos Servidores — sem restabelecer-se a centralização da “rotina policial” no Serviço de Biometria Médica, será, evidentemente, uma infeliz solução.

O simples restabelecimento da centralização dos exames periciais no Serviço de Biometria Médica teria o mérito de repor a Assistência Social no seu próprio âmbito de ação. Seria o ideal. Mais uma oportunidade para reatar-se o fio de suas verdadeiras finalidades.

Não sendo, todavia, possível a realização desse ideal, que se instalem, com todos os recursos, os ambulatórios que farão o trabalho de triagem para o Hospital dos Servidores do Estado, mas que a essa descentralização dos serviços de assistência médica corresponda a centralização indispensável dos exames periciais no Serviço de Biometria.

Do contrário, será melhor desintegrar-se, de uma vez, a Assistência Social dos serviços de pessoal dos Ministérios, abandonando-se a orientação que, há mais de um decênio, vem sendo sustentada.

## “Princípios de Administração de Pessoal”

Na coleção “Biblioteca de Assuntos Administrativos” acaba de aparecer o livro “Princípios de Administração de Pessoal”, escrito pelos conhecidos e renomados técnicos em administração, Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho e José Nazaré Teixeira Dias.

Nessa obra foram tratados todos os problemas de pessoal, não apenas no que diz respeito às relações entre o Estado e os seus servidores, mas as que afetam a tôdas as organizações, públicas ou particulares.

Senão vejamos, num rápido bosquejo, do que cuidam os dezessete capítulos do livro, consubstanciadores de um vasto programa de administração de pessoal.

O capítulo 1.º examina a “natureza dos problemas de pessoal”, define a expressão “administração de pessoal”; mostra a necessidade da existência dos órgãos de pessoal, as funções que lhes são inerentes e as relações que devem manter com os demais setores da organização.

O capítulo seguinte é dedicado à “classificação dos cargos e dos funcionários” e à fixação dos conceitos de *classificação de cargo*, de *classe*, de *carreira*, de *grupo de carreiras* e de *serviço*; demonstra as vantagens da classificação de cargos e ensina como planejar e executar uma classificação de cargos.

O capítulo subsequente é dedicado ao “plano de pagamento” e nêle os autores salientam a importância do problema, pois — “nenhum outro pe-

netra mais a fundo na vida do trabalhador, como membro da comunhão social do que aquêle ligado ao salário, que lhe vai assegurar a subsistência e, na verdade, definir-lhe a posição na sociedade”. Expõem, então, as relações entre a classificação de cargos e o plano de pagamento, o conceito de salários, as teorias econômicas sobre salário, examinam o salário mínimo, as diferentes modalidades de salário, o salário justo e as normas que devem presidir a elaboração e instalação do plano de pagamento.

O capítulo V enfrenta as questões ligadas ao recrutamento e à seleção, tais como: conceito de recrutamento; distinção entre recrutamento e seleção; elementos essenciais de um plano de recrutamento; as diferenças individuais; a seleção e o sistema do mérito; as condições para o exercício da seleção; a classificação das provas; construção de testes e os recursos dos candidatos.

A seguir os autores examinam o “placement” para o que sugerem a denominação de “colocação do empregado” procurando fixar o conceito de “colocação”, estudando as relações entre a seleção e a colocação do empregado, as diversas fases da colocação do empregado, e a interferência dos órgãos de pessoal no problema.

O capítulo IX é dedicado ao “estágio probatório”. Definição, relação entre a seleção, a colocação e o treinamento com o estágio, a extensão do estágio, a estabilidade e o estágio, são alguns dos problemas examinados neste Capítulo.

“Avaliação da eficiência” e “promoção” são os capítulos seguintes. Os autores aí estudam entre outros aspectos, os referentes à necessidade de avaliação do merecimento, métodos de avaliação, diversos sistemas adotados em alguns países, a definição de promoção, a distinção entre promoção e aumento de salários, métodos de promoção, a posição do órgão de pessoal no processamento de promoções e recursos sobre promoções.

O “treinamento” é examinado no Capítulo XI, envolvendo a importância e vantagens, os diferentes tipos e métodos de treinamento, bem como a posição do órgão de pessoal nas questões de treinamento.

O Capítulo XII é consagrado aos “direitos e deveres e sistema disciplinar”, envolvendo a discriminação dos principais direitos e deveres, o regime disciplinar, as sanções disciplinares e a competência para aplicação de penas disciplinares.

A “assistência ao pessoal” é o objeto do Capítulo XIII e compreende o estudo de problemas de relevante interesse para os empregados, qual sejam os referentes ao seu bem-estar moral físico e econômico.

“O problema da direção” não poderia deixar de ser examinado num livro sobre administração

de pessoal. Constitui o Capítulo XIV e trata das atribuições e características do chefe, do exercício da chefia, bem como o recrutamento, seleção, treinamento e estabilidade dos chefes.

A “movimentação” e “a mobilidade” do pessoal são assuntos de mais dois capítulos, envolvendo o primeiro as mudanças do empregado de cargos ou lugares dentro dos quadros funcionais e o segundo a saída dos empregados dos quadros da organização.

A “codificação do direito relativo ao pessoal” e o “Contrôle do orçamento do pessoal” são dos últimos capítulos.

O livro termina com um exame retrospectivo da Administração de Pessoal no Brasil, em diferentes fases, mostrando alguns erros cometidos e os progressos alcançados.

Do exame sinótico que fizemos podem os leitores alcançar a profundidade da obra, que estudou, com seriedade, os problemas referentes à Administração do pessoal.

Livro cuidado, feito sem pressa, honra os seus autores e enriquece o nosso patrimônio técnico e cultural.

## Publicações recebidas

Estimativa da população do Estado, por Município, 1944 a 1948 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — E. Minas Gerais.

Boletim do Departamento Estadual de Estatística (M. G.) Janeiro-dezembro 1946 n.º 33-34.

Notícias de Portugal — Boletim semanal — Ano III, n.º 118-119, Portugal, Lisboa — Agosto 1949.

“Cruzeiro” — Semanário de Orientação Católica — Ano XVI n.º 658 — Julho 1949.

Boletim Geográfico — Conselho Nac. Geog. — Ano VII n.º 73 — Abril 1949.

Boletim do Departamento Estadual de Estatística (M. G.) n.º 31-32 — Jan. a dez. de 1945.

Prontuário Geral da Divisão Judiciária e Administrativa do Estado — (M. Gerais).

Revista Brasileira de Medicina — Vol. VI n.º 6 junho 1949.

Revista de Intendência — Ano XXII n.º 42 — Nov.-dez. 1948.

“Relatório” da Associação Comercial do Maranhão — 1948.

Mensário Forense — Ano I — Volume III — Fasc. IV — Minas Gerais — Abril 1948.

Legislação do Trabalho — Ano XIV — Vol. XIV n.º 147 — São Paulo — Julho 1949.

“A Comarca” — Ano 50 n.º 4.971 — São Paulo, 1949.

Social Security Bulletin Vol. 12 n.º 5 — May 1949.

Monthly Labor Review — Vol. 68 n.º 5, 6 — May 1949.

“Boletim Econômico” — Ministério das Relações Exteriores — Seção de Informações e Estatística n.º 7 — 1949.

“Boletim” (The Municipal Digest of the Americas) Publicacion mensual de la Comision Panamericana de Cooperación Intermunicipal, La Habana. Cuba, Ano X — Nos. 1, 2, 3 — Enero-Febrero, Marzo 1949.

Subject Index to Volume 67 — Monthly Labor Review July to December 1948.

Boletim da Prefeitura de Barreiras n.º 5 agosto 1949.

“Boletim Informativo” Confederação Nacional do Comércio Ano II n.º 46 — 1949.

Notícias Automobilísticas. Revista Mensal — Ano XVI n.º 177 — São Paulo, junho 1949.

“Journal of the American Dental Association” Vol. 39 — Number 1 July 1949.

“A Capital” Magazine Ilustrado — Ano XI, n.º 3-4 — São Paulo — Julho-agosto 1949.

Revista da Cruz Vermelha Brasileira — Abril-maio-junho 1949.

“Técnica” Administração e Plano — Aristheu Achilles — Conferência proferida a convite do Instit. Bras. de Cultura, no dia 25 de abril de 1944.

Calendar of the University of King's College 160th Session 1948-1949.

Revista Imposto da Renda — Ano XI n.º 11 — Novembro.

International Monetary Fund — April 1949. Civil Service Opinion — Vol. 26 n.º 310 — July 1949.

Revista de Imigração e Colonização — Ano IX n.º 3, setembro 1948, n.º 4, dezembro 1948.

Assimilação do Imigrante Conselho de Imigração e Colonização — 1949.